

Paisagem semiótica dos protestos em Belo Horizonte
The semiotic landscape of protests in Belo Horizonte
El paisaje semiótica de las protestas en Belo Horizonte

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva
 Universidade Federal de Minas Gerais
 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Eliano de Souza Martins Freitas
 Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

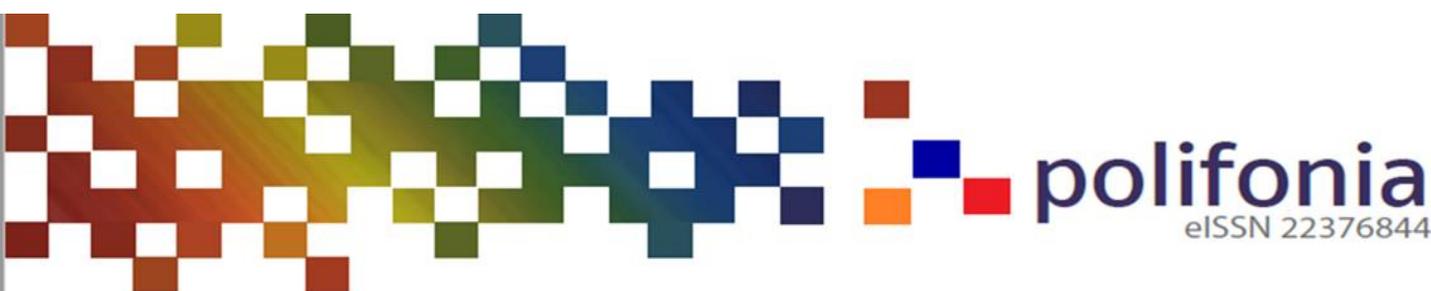
Neste trabalho, temos por objetivo investigar protestos políticos à luz da paisagem semiótica, entendida como paisagens efêmeras que emergem de manifestações de protestos em espaços definidos e que exibem diferentes territórios semióticos. Esse tipo de manifestação produz uma paisagem de protesto que representa as relações sociais e coloca em destaque alguns aspectos de um período histórico, refratando outros. Para o desenvolvimento do nosso estudo, observamos alguns protestos de rua, em Belo Horizonte, a favor e contra o golpe de 2016 e, no primeiro ano do Governo Bolsonaro, contra a apologia ao golpe de 1964 e os cortes nas verbas da educação. Coletamos fotografias no Google sobre os protestos que ocorreram antes e durante o golpe de 2016 na cidade, além de utilizarmos fotografias do arquivo dos autores e da Associação de Professores Universitários de Belo Horizonte (APUBH). Focamos nas imagens dos protestos e respondemos a quatro questões de pesquisa: 1) quais tipos de linguagem são criados no espaço público? 2) Como as imagens e todas as outras representações interagem? 3) O que o estudo da paisagem semiótica, em suas muitas perspectivas, acrescenta à compreensão da linguagem, da sociedade e das pessoas? 4) O que elas refratam? Nossos resultados mostram que a paisagem linguística do protesto surge em diferentes gêneros que podem ser encontrados em papel, paredes, outdoors, pele, tecido, camisetas entre outros suportes. Também descobrimos que diferentes espaços proporcionam diferentes experiências de protesto e que a divisão da classe social produz diferentes paisagens semióticas. Concluímos que essas paisagens se constituem em territórios semióticos cíclicos e efêmeros.

Palavras-chave: protestos políticos, paisagem semiótica, gêneros.

Abstract

In this paper, we aim at investigating political protests in the light of semiotic landscape understood as ephemeral landscapes which emerge from manifestations of protests in defined spaces and that display different semiotic territories. This kind of manifestation produces a protest landscape which represents social relations and highlights some aspects of a historical period and conceals others. For the development of our study, we observed, in Belo Horizonte (Minas Gerais, Brazil), some street protests for/against the 2016 coup and, in the first year of Bolsonaro's government, protests against the apology of 1964 coup and the cuts in education funds. We also collected photographs on Google images about the protests that occurred before/during the 2016 coup in the city, and used photographs from the authors' archive from Associação de Professores Universitários de Belo Horizonte (APUBH). We focused on images from street protests and answered four research questions: 1) what types of language(s) are created in the public space? 2) How do images and all other representations interact? 3) What does the study of semiotic landscape and its multiple perspectives add to the understanding of language, society and people? 4) What do they refract? Our results

Polifonia, Cuiabá-MT, v. 26, n.44, p. 01-163, out.-dez., 2019.



show that the linguistic landscape of protest emerge in different genres that can be found on paper, walls, billboards, skin, fabric, t-shirts among others. We also discovered that different spaces promote different protest experiences and that social class division produces different semiotic landscapes. The general conclusion is that those landscapes constitute cyclical and ephemeral semiotic territories.

Keywords: political protests, semiotic landscape, genres.

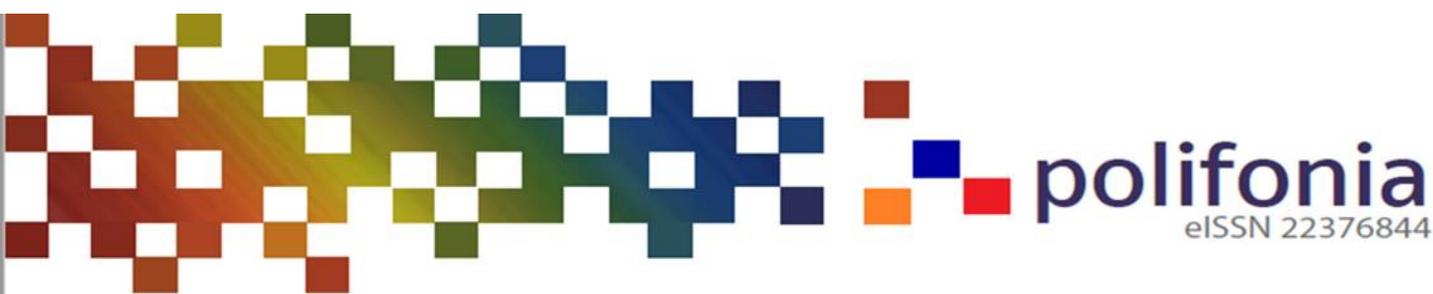
Resumen

En este artículo, nuestro objetivo es investigar las protestas políticas a la luz del paisaje semiótico, entendido como paisajes efímeros que surgen de manifestaciones de protesta en espacios definidos y que exhiben diferentes territorios semióticos. Este tipo de manifestación produce un paisaje de protesta que representa las relaciones sociales y destaca algunos aspectos de un período histórico, refractando otros. En el desarrollo de nuestro estudio, observamos algunas protestas callejeras en Belo Horizonte a favor y en contra del golpe de 2016 y, en el primer año del gobierno de Bolsonaro, protestas contra la disculpa del golpe de estado de 1964 y los recortes en los fondos de educación. Seleccionamos algunas imágenes en Google sobre las protestas que tuvieron lugar antes y durante el golpe de 2016 en la ciudad. También utilizamos algunas fotografías de los archivos de los autores y de Associação de Professores Universitários de Belo Horizonte (APUBH). Del análisis de las imágenes de protesta contestamos cuatro preguntas de investigación: 1) ¿qué tipos de lenguaje se crean en el espacio público? 2) ¿Cómo interactúan las imágenes y todas las demás representaciones? 3) ¿Qué agregan el estudio del paisaje semiótica en sus múltiples perspectivas a la comprensión del lenguaje, la sociedad y las personas? 4) ¿Qué refractan? Nuestros resultados muestran que el paisaje lingüístico de la protesta viene en diferentes géneros que se pueden encontrar en papel, paredes, vallas publicitarias, pieles, telas, camisetas y otros medios. También descubrimos que diferentes espacios proporcionan diferentes experiencias de protesta y que la división de la clase social produce diferentes paisajes semióticos. Concluimos que estos paisajes constituyen territorios semióticos cíclicos y efímeros.

Palabras clave: protestas políticas, paisaje semiótica, géneros.

1. Introdução – Belo Horizonte e suas paisagens

Da mesma forma que ocorre em várias cidades do mundo, Belo Horizonte, inaugurada em 12 de dezembro de 1897, traz, desde seus momentos iniciais, marcas profundas da segregação sócio-espacial. Assim, no planejamento urbano de Belo Horizonte estava inscrito o lugar do poder (e do civismo) e o do trabalho. A cidade deveria comportar diferentes funcionalidades, a partir dos zoneamentos propostos pelos planejadores. A Praça da Liberdade, por exemplo, foi instalada dentro daquela que era considerada a parte mais importante: a “zona urbana”. Além dessa zona, existiam a “suburbana”, que deveria ser povoada pelos pobres, e a “rural”, que era destinada à produção alimentar para abastecer a cidade. Desse modo, havia uma prescrição das formas de uso e ocupação dos espaços



belorizontinos desde a concepção da nova capital, também chamada de “noiva da República” (SINGER, 1977; MONTE-MOR, 1994).

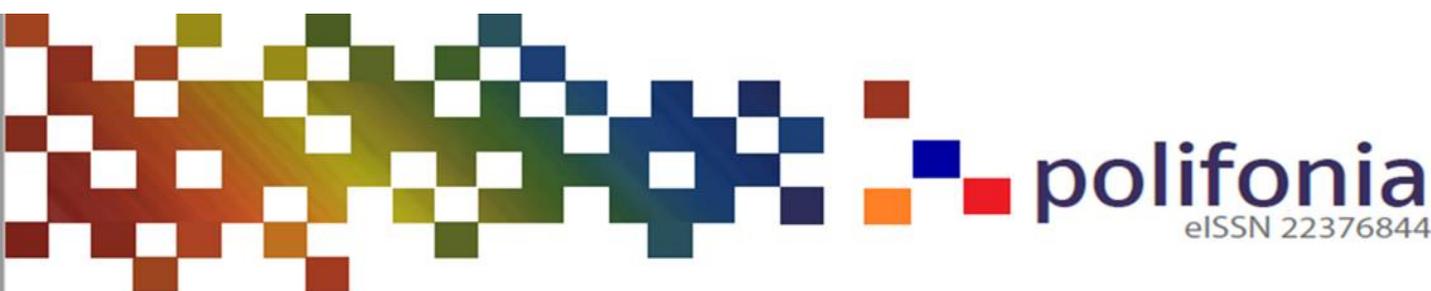
Apesar de algumas transformações ocorridas ao longo da história da cidade, tal praça foi um espaço pensado para as cerimônias oficiais, para demarcar simbolicamente o lócus do poder, a separação entre o Estado e a Igreja, um “lugar elitizado” que não deveria ser acessado por todos (pelo menos inicialmente), colocando em questão o significado de praça no contexto urbano (RESENDE, 2011).

Por seu turno, a Praça da Estação, instalada nas franjas da antiga “zona urbana”, sempre representou a imagem do trabalho (e dos trabalhadores), apesar de todas as reformas pelas quais o local passou, visando ao seu embelezamento ao longo da história da capital mineira. No transcurso do século XX, essa praça se consolidou como um dos principais territórios de manifestações populares (políticas e culturais), tais como os comícios pelo movimento *Diretas Já* durante a ditadura, as festas juninas, o carnaval de rua etc.

As duas praças foram apropriadas historicamente por grupos sociais bastante distintos, que, em diversos momentos, explicitaram aos nossos olhos paisagens em confronto, conflito e disputa. Ao longo dos mais de cem anos de reprodução social da capital mineira, diversas paisagens e territorialidades urbanas se materializaram nesses espaços, com ou sem a participação do poder estatal. Paisagens e territorialidades refletiram as contradições da organização de nossa sociedade por meio de grupos sociais com interesses e demandas bastante diversas e ideologias que ora se aproximaram, ora se distanciaram, tanto no plano político, quanto no social, econômico e cultural.

São algumas dessas paisagens que pretendemos analisar, tomando como posto de observação as manifestações ocorridas a favor e contra o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, assim como a manifestação repudiando a ditadura no aniversário de 45 anos do golpe de 1964 e os protestos contra o corte de verbas para as universidades federais feitas no primeiro semestre do primeiro ano do governo Bolsonaro.

Por meio do diálogo entre o conceito de paisagem, na Geografia, e as abordagens sobre paisagens linguísticas, advindas do campo da Linguística, discutimos as paisagens semióticas que emergiram durante as manifestações supracitadas. Optamos por paisagem



semiótica porque a paisagem estudada inclui outros signos além dos linguísticos. Além dessas análises, abordamos o que é refratado/revelado nesse processo e como tais paisagens contribuem para o entendimento da sociedade em que vivemos.

A seguir, apresentamos um breve histórico do conceito de paisagem e de como os geógrafos se apropriam desse conceito para desenvolver seus estudos sobre o espaço geográfico, em distintos momentos históricos. Na sequência, fazemos uma discussão sobre paisagens linguísticas e defendemos sua substituição por paisagens semióticas. Na última parte, descreveremos a metodologia do estudo e discutiremos os dados.

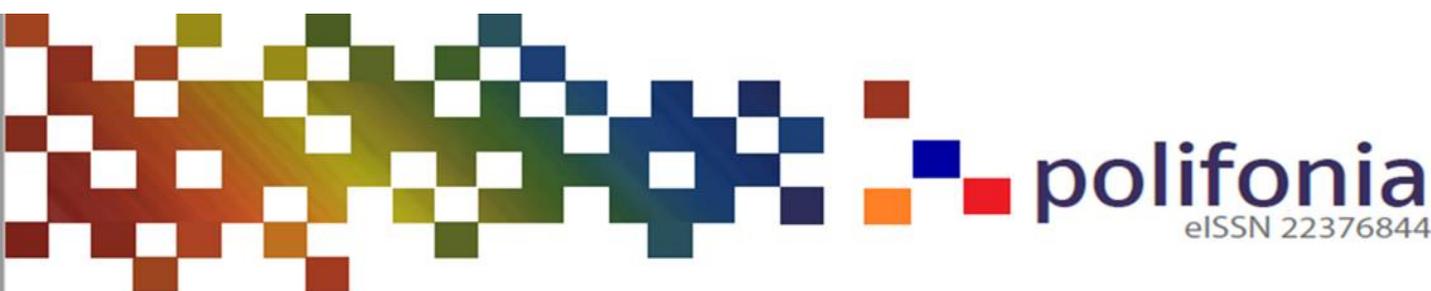
2. Paisagem, Geografia e “paisagens linguísticas”

O conceito de paisagem foi incorporado pela Geografia, a partir do século XIX, quando o geógrafo Alexander Von Humboldt desenvolveu estudos construindo um conceito de paisagem que fosse integrado com elementos das artes, da estética e das ciências. O objetivo era contribuir para a construção de uma imagem da Terra que articulasse aspectos físicos e humanos e servisse de base para a sistematização dessa ciência (VITTE, 2007; FERRAZ, 2013).

Contribuiu para isso uma nova sensibilidade romântica que, em virtude das contradições da industrialização e da urbanização crescentes, reafirmou ser o mundo natural um lugar sublime e digno de valorização. Essa nova estética, que criticava a cidade deteriorada e com concentração das pestes, conduziu à visão de paisagem como algo maravilhoso e representação de uma síntese entre natureza e cultura. Segundo Vitte (2006), “a paisagem, adquiriu a propriedade de ser um poder simbólico utilizado como reafirmação nacional, constituindo-se também em uma maneira de se representar a imagem da Terra”. (VITTE, 2006, p. 74).

É um momento de rompimento com perspectivas anteriores (séculos XV e XVI), nas quais “as pinturas da época retratavam a nobreza e o clero e tinham a paisagem como pano de fundo, sendo responsável mais pelo equilíbrio da composição do que como elementos simbólicos” (FERRAZ, 2013, p. 5). Assim, o conceito de paisagem alcança uma posição

Polifonia, Cuiabá-MT, v. 26, n.44, p. 01-163, out.-dez., 2019.



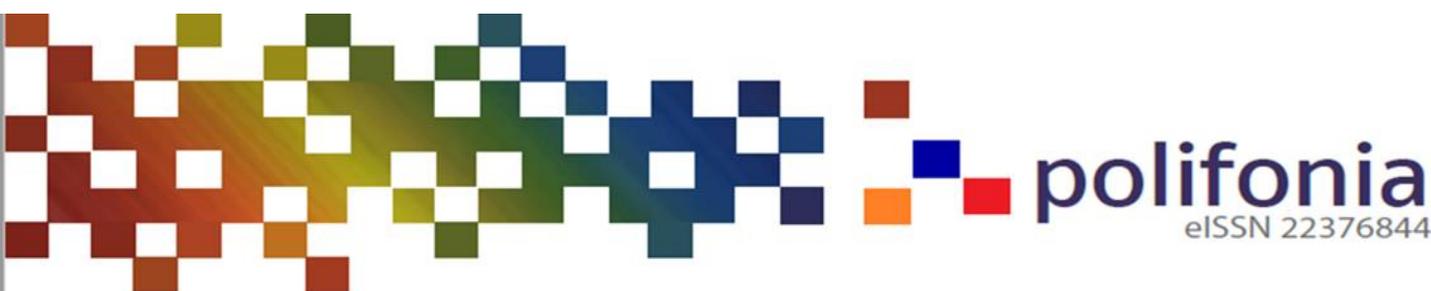
predominante nas artes, extrapolando para outras áreas do conhecimento, sendo mobilizado pela Geografia como um importante instrumento de elaboração do conhecimento geográfico e que tem como ponto de partida o visual e a representação. Nesse momento, havia um entendimento de que a paisagem era o resultado das ações dos sujeitos em um espaço definido e que podia ser visto pelos olhos do observador (SUERTEGARAY, 2001).

Trata-se, portanto, de um conceito polissêmico e que, na Geografia, está ligado ao conceito de espaço. No desenvolvimento do pensamento geográfico, o conceito esteve envolto em polêmicas e foi tratado de maneiras diversas pelas diferentes correntes da Geografia, sendo, inclusive, preterido pelos estudos geográficos em alguns momentos, já que outros conceitos como território, região e espaço foram mobilizados (FERRAZ, 2014; SOUZA, 2015).

É importante destacar que a paisagem é uma “forma” que explicita aspectos naturais e sociais das sociedades, em um determinado período histórico, e que pode servir de “porta de entrada” para os estudos de Geografia (e outras ciências). Porém, concordamos que a paisagem também é uma maneira de representar as relações sociais e a reprodução do espaço, que pode distorcer, apagar e ocultar parte da realidade. Desse modo, a paisagem também possui elementos que são invisíveis aos olhos. Assim, conforme Souza (2015, p. 48), “o fato de ser uma forma, uma aparência, significa que é saudável ‘desconfiar’ da paisagem. É conveniente sempre buscar interpretá-la ou decodificá-la à luz das relações entre forma e conteúdo, aparência e essência”.

Souza (2015) aconselha que tenhamos um olhar desconfiado para as paisagens e suas representações que aparecem em pinturas e fotografias, por exemplo, pois essas formas de representação, por meio de seleção ou “retoques”, podem invisibilizar agentes e práticas socioespaciais. O autor chama a atenção ainda para a “invisibilização, por meio de intervenções no próprio substrato espacial material – ou seja, uma reformatação da paisagem na própria realidade” (SOUZA, 2015, p. 52).

Desse modo, ao refletirmos sobre as paisagens, é importante analisar os agentes e as práticas que são extirpados/ocultados/mal expostos nas representações, por serem considerados indesejáveis ou desprovidos de beleza. Em outros termos, a forma da paisagem



(ou como ela é representada) pode estar em consonância ou em contradição com o conteúdo, com a realidade concreta (SOUZA, 2015).

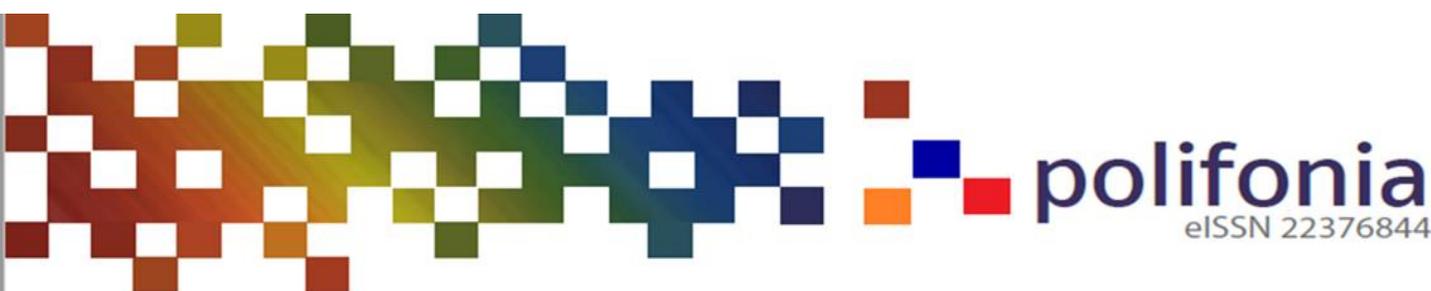
Além da Geografia, outras áreas do conhecimento científico têm se utilizado desse conceito, como os estudos linguísticos, com o conceito de paisagem linguística (linguistic landscape). Shohamy e Gorter (2009) explicam que o centro das atenções nos estudos sobre paisagens linguísticas é “a linguagem no ambiente, palavras e imagens expostas em lugares públicos” (SHOHAMY; GORTER, 2009, p. 1, tradução dos autores). O termo, segundo eles, foi cunhado por Landry e Bourhis (1997). De fato, em um estudo em contexto bilíngue, Landry e Bourhis (1997) definem paisagem linguística como “a visibilidade e a saliência das línguas em sinalizações públicas e comerciais em um dado território ou dada região” (LANDRY; BOURHIS, 1997, p. 23, tradução dos autores). Em outras palavras, Seals (2011) afirma que o objetivo desse novo campo de conhecimento é investigar a linguagem em lugares e espaços. Já Shohamy e Gorter (2009) comentam que

as pessoas penduram avisos, exibem cartazes, produzem anúncios, escrevem instruções e criam páginas na web. São também as pessoas que leem, assistem, decifram e interpretam a exibição dessa linguagem, ou, em outros momentos, preferem ignorá-las ou apagá-las. (SHOHAMY; GORTER, 2009, p. 1, tradução dos autores)

As definições de Landry e Bourhis (1997) e de Shohamy e Gorter (2009) privilegiam a linguagem escrita. Porém, lugares e espaços ocupados por essa linguagem, assim como os diversos grupos que ali transitam, também carregam significados e produzem sentido. Isso nos leva a propor substituir o termo paisagem linguística por paisagem semiótica.

2.1. O estudo

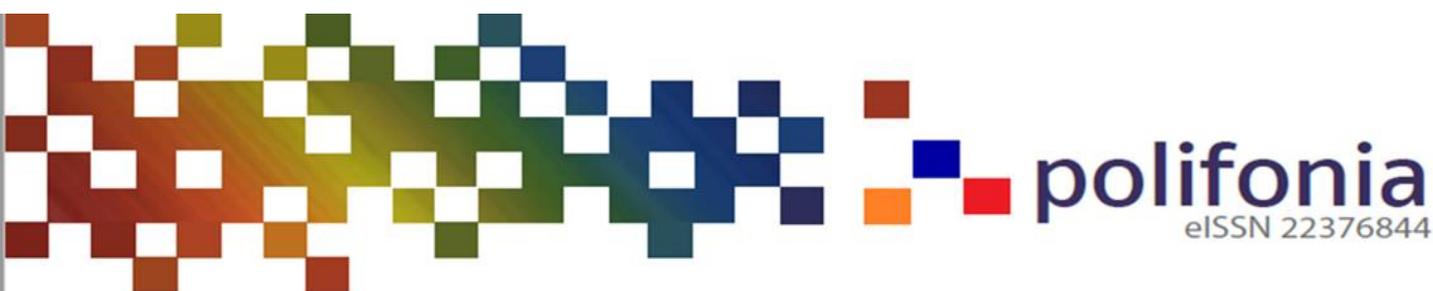
Nosso interesse neste texto, na perspectiva da paisagem semiótica, é investigar os protestos a favor e contra o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e, no primeiro ano do Governo Bolsonaro, contra a apologia ao golpe de 1964 e os cortes nas verbas da educação.



Poucos estudos foram feitos sobre as paisagens de protesto. Um deles é o de Seals (2011), que estudou um protesto de massa nos Estados Unidos – a marcha contra a reforma da imigração –, que ele entende como uma paisagem de dissenso, pois ocorre uma reapropriação de espaços para dar visibilidade a minorias reprimidas – no caso específico, imigrantes em Washington, em 2010. Seu estudo demonstra “como uma comunidade que é apagada da esfera pública é capaz de mudar, drasticamente, a paisagem por meio de um protesto que cria visibilidade” (SEALS, 2011, p. 191, tradução dos autores).

Shohamy e Gorter (2009) propõem uma série de perguntas sobre o papel da paisagem linguística. Para os fins desta pesquisa, nos interessam, especialmente, as seguintes perguntas: (1) que tipos de linguagem(s) são criados no espaço público? (2) Como as imagens e todas as outras representações interagem? (3) O que o estudo da paisagem semiótica, em suas muitas perspectivas, acrescenta à compreensão da linguagem, da sociedade e das pessoas? Para adequação ao nosso estudo, reformulamos a última pergunta e propomos (4) o que as paisagens semióticas acrescentam à compreensão da realidade sócio-política brasileira? O que elas refratam?

Para o desenvolvimento das reflexões, coletamos diversas imagens de protestos em Belo Horizonte, por meio da ferramenta de busca Google Images, em agosto de 2018, usando os termos “protesto+Belo Horizonte+2016”, e, em abril de 2019, com os termos “protesto+Belo Horizonte+março+2019”. Para complementar essas imagens, decidimos usar também fotografias feitas pela primeira autora, para seu arquivo pessoal, durante manifestações contra o golpe de 2016 e no ato de repúdio à apologia do golpe de 1964, realizado em 31 de março de 2019, em Belo Horizonte. Analisamos também fotografias de arquivo da Associação de Professores Universitários de Belo Horizonte (APUBH). Priorizamos imagens que foram retiradas de protestos de rua e ignoramos as que foram produzidas para publicação exclusiva em redes sociais. Além disso, realizamos uma extensa revisão bibliográfica sobre temas que perpassam as análises, tais como os conceitos de paisagem e território na Geografia, protestos, gêneros da linguagem (PAIVA, 2019), dentre outros. Ao revisar este texto, fizemos nova busca de imagens com os termos “manifestantes pró impeachment na praça da Liberdade”, em 28 de outubro de 2019.



2.2. Os gêneros do protesto

Como nos lembra Bezerra (2017, p. 63), “os gêneros não costumam se manifestar concretamente de modo isolado, mas em inter-relação dinâmica com outros”. Este é o caso dos cartazes de protesto, os quais aparecem em um sistema de gêneros em que um influencia o outro e interage com os demais. Assim, temos, antes da manifestação das pessoas, os anúncios sobre os protestos (em jornais, emissoras de rádios e em redes sociais), as convocações em vídeos, áudios e textos nas redes sociais. Durante a manifestação em espaço público, temos os discursos nos palanques, palavras de ordem, canções, paródias, grafites, faixas, cartazes, estandartes, adesivos, bonecos, projeções digitais, balões, camisetas, pano de chão e até inscrições nas testas e braços de algumas pessoas. Estamos no domínio discursivo do protesto, que emerge em vários gêneros e se materializa em suportes como o papel, a parede, o outdoor, a pele, o tecido, a camiseta e as redes sociais, como o Twitter e o Facebook.

No caso do tecido, é utilizado o morim (um tipo de algodão leve e fino) na confecção de faixas e também o algodão mais grosso, o dos sacos de alimentos, que é reutilizado como pano de chão para limpeza. Esse tecido como suporte para protesto foi uma inovação nas manifestações brasileiras contra o golpe de 2016, que depôs a presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2014, e colocou em seu lugar o vice, um dos articuladores do golpe. O pano de chão com a imagem do golpista Michel Temer e os dizeres “Fora Temer” é um bom exemplo de que “o meio é a mensagem”. Como dizia McLuhan (1974, p. 23), “o meio é a mensagem” porque “é o meio que configura e controla a proporção e a forma das ações e associações humanas”. Ao reproduzir a imagem do presidente usurpador em um pano de chão, a mensagem ultrapassa o pedido de saída do presidente e remete sua imagem à metáfora da sujeira que precisa ser limpa.

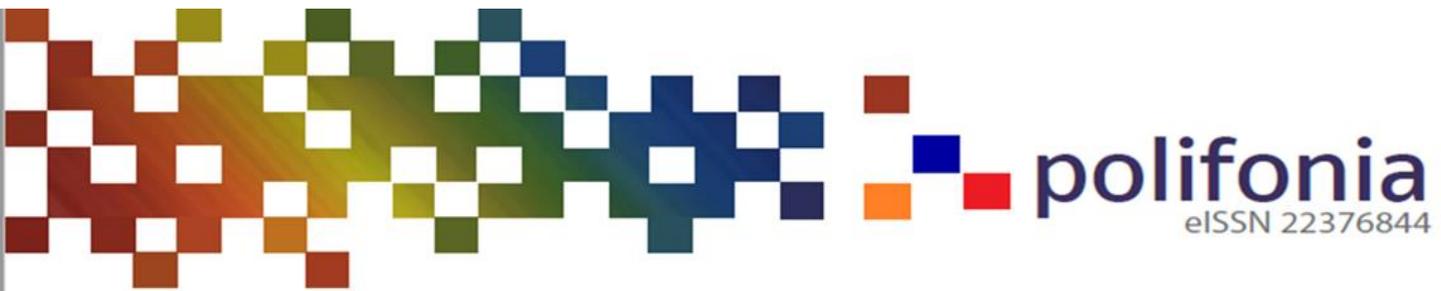


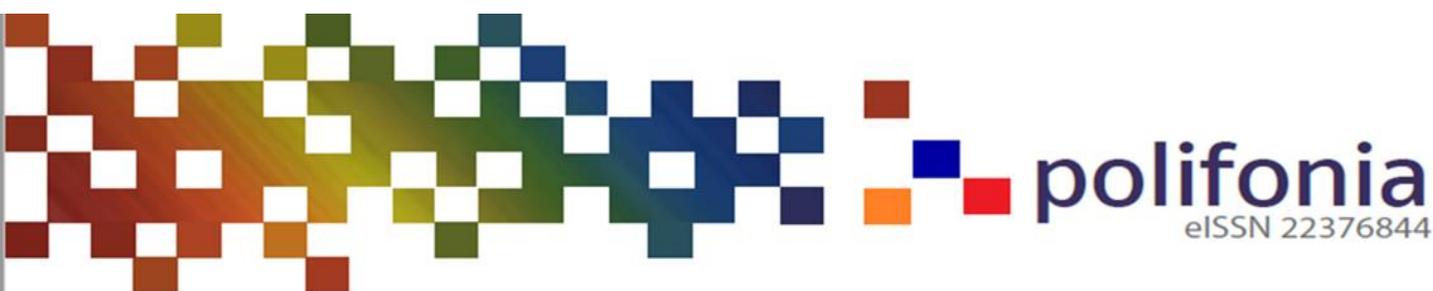
Figura 1 – Pano de chão com imagem de Temer



Fonte: primeira autora, em 21/8/2016

Ecoando Santos (2015, p. 96), lembramos que “os propósitos comunicativos variam de acordo com o suporte em que se encontra o gênero, como também variam os atores sociais envolvidos na recepção e consumo dos textos”. Em sua dissertação de mestrado, Santos (2015) optou pelo suporte Facebook para estudar “as estratégias de persuasão utilizadas no discurso dos cartazes de protesto, propondo atividades e recursos que facilitassem o processo de ensino e aprendizagem do gênero em ambiente virtual nas aulas de língua portuguesa” (SANTOS, 2015, p. 5).

Ainda na linha da importância do espaço de circulação do gênero, Scollon e Scollon (2006) consideram que os textos públicos só podem ser interpretados se considerarmos o mundo físico e social que os circunda. Segundo eles, “falamos e ouvimos, escrevemos e lemos não apenas sobre o mundo, mas no mundo, e muito do que entendemos depende exatamente de onde nós e a linguagem estamos localizados no mundo” (SCOLLON; SCOLLON, 2006, p. 13, tradução dos autores). Eles propõem o termo geossemiótica para o estudo dos sistemas de significação em função da localização da linguagem no mundo



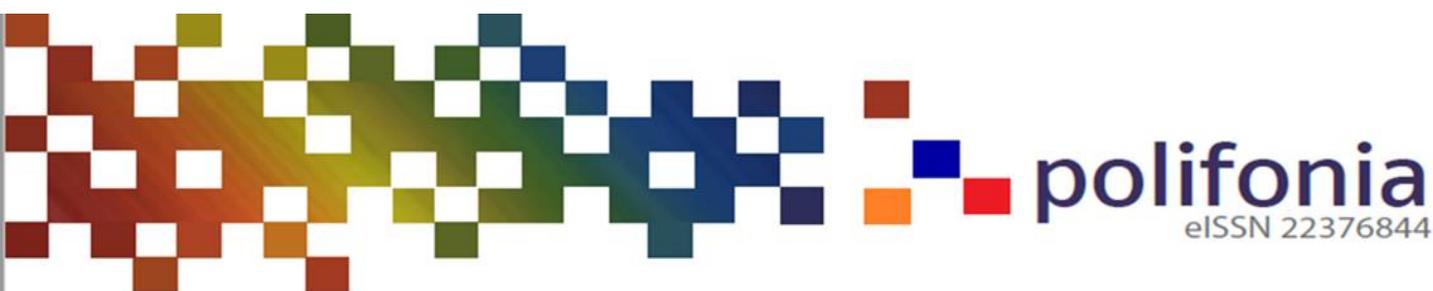
material, ou, em suas palavras, “o significado social da localização dos signos (semiose, para usar o termo de Peirce) particularmente em referência ao mundo material dos usuários dos signos” (SCOLLON; SCOLLON, 2006, p. 31, tradução dos autores)

De fato, os significados mudam de acordo com o contexto e cada espaço propicia um tipo de gênero. Um adesivo, com o enunciado “Fora Temer”, presente em vários cartazes em uma passeata de protesto contra o governo ilegítimo de Michel Temer no Brasil, após o *impeachment* da presidenta Dilma em 2016, é diferente do “Fora Temer” colado em uma mala de um passageiro no aeroporto. Enquanto o primeiro enfatiza o sentimento de uma parte da população contra o golpista, o segundo identifica uma anônima, dona da mala, como uma opositora ao governo. Isso demonstra que o mesmo enunciado em paisagens diferentes produz significados diferentes.

Figura 2 – Mala com adesivo “Fora Temer”



Fonte: primeira autora, em 17/11/2017



A manifestação de protesto, como nos lembra Pereira (2014, p. 69), “acontece em um lugar, um espaço urbano em que o sujeito se desloca, não de qualquer forma, mas segundo leis que ordenam a circulação”. É ainda Pereira quem explica que

faz parte da própria estruturação do Estado, a constituição de um território bem definido onde exerce sua soberania por meio de leis que regulam aquela sociedade; ele é, pois, uma estrutura confinante, limitada, que procura a homogeneidade dos indivíduos em seu interior. O espaço do Estado é território concreto, confinado, limitado, cercado por fronteiras. (PEREIRA, 2014, p. 68-69)

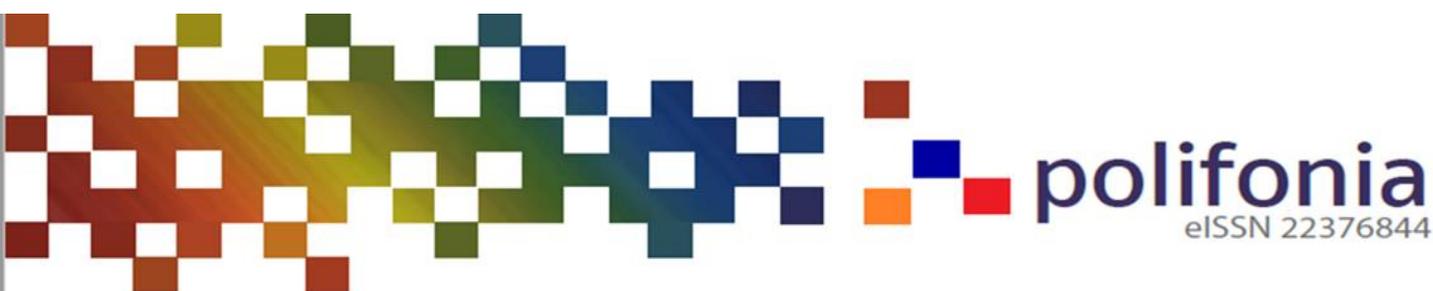
No Brasil, os protestos contra o golpe de 2016 aconteceram em lugares pré-determinados. Em Belo Horizonte, as pessoas geralmente se reuniam na Praça Afonso Arinos (ver figura 3) e depois saíam em passeata até a Praça da Estação, onde aconteciam nova concentração, discursos e dispersão.

Figura 3 – Aglomeração de manifestantes na Praça Afonso Arinos



Fonte: <<https://medium.com/@lucasdambrosio/retratos-de-manifesta%C3%A7%C3%A3o-pra%C3%A7a-afonso-arino-1dd7682b43f4>> Acesso em 13 jan. 2019

Polifonia, Cuiabá-MT, v. 26, n.44, p. 01-163, out.-dez., 2019.



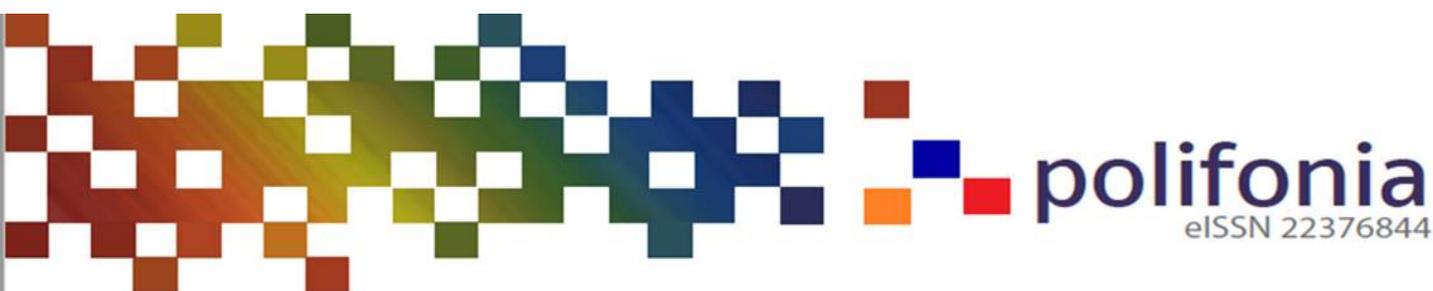
O primeiro evento de uma passeata de protesto é sua concentração. No caso dos protestos contra o *impeachment* da presidenta Dilma, as concentrações em Belo Horizonte aconteciam em torno de um caminhão usado como palanque (Figura 4). Nesse contexto, emergem gêneros diversos. Em cima do caminhão, temos os discursos, os avisos, as notícias, as chamadas para outros eventos. Só participam desse espaço os “convidados especiais”: políticos, lideranças sindicais e representantes de movimentos sociais. No chão, ao redor do caminhão, as pessoas se agrupam por afinidades identitárias (integrantes da CUT, grupo de jornalistas etc.). Elas aplaudem, repetem palavras de ordem, entoam cânticos, exibem faixas, adesivos e cartazes, enquanto outras pessoas fazem panfletagem.

Figura 4 – Caminhão-palanque na Praça Afonso Arinos



Fonte: primeira autora, em 16/12/2015

Já os manifestantes a favor do golpe se concentravam na Praça da Liberdade e lá permaneciam sem se deslocar para outro local (ver figura 5). Eles usavam camisetas da seleção



de futebol e alguns exibiam máscaras alusivas ao juiz Sérgio Moro, responsável por decisões na denominada “Operação Lava Jato”.

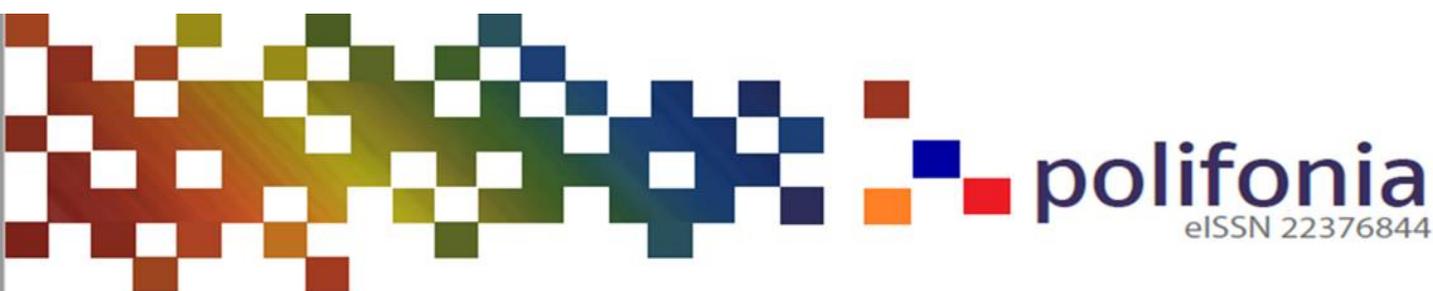
Figura 5 – Manifestantes pró *impeachment* na praça da Liberdade



Fonte: <www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/03/14/interna_politica,743161/manifestacoes-contra-dilma-e-pt-em-todo-o-pais-batem-recordes-de-publi.shtml> Acesso em 13 jan. 2019

Nos percursos da passeata de protesto, acontece o que Scollon e Scollon (2003) denominam de discurso do espaço, pois o espaço é transformado pelos cartazes, o que comprova, segundo os autores, que muito do que compreendemos do mundo depende de nossa localização no mundo. Como ressalta Seals (2011), “é claro que os vários elementos que compõem a paisagem linguística não ocorrem isoladamente. Durante um protesto em grande escala, todos eles ocorrem ao mesmo tempo, fazendo uma presença multimodal incrivelmente complexa” (SEALS, 2011, p. 200, tradução dos autores).

Ao longo do percurso, temos uma participação central e outra periférica. No espaço central, concentram-se as pessoas que têm um objetivo comum, como protestar contra o golpe que foi dado com o *impeachment* da presidenta Dilma. A participação periférica se dá nos espaços laterais, onde as pessoas reagem a essa transformação do espaço: alguns usando roupas com cores que indicam associação ou não à manifestação; outros exibindo cartazes nas janelas dos prédios que reproduzem textos que se unem ao protesto ou fazem um contradiscurso, expressando posição contrária ao protesto.

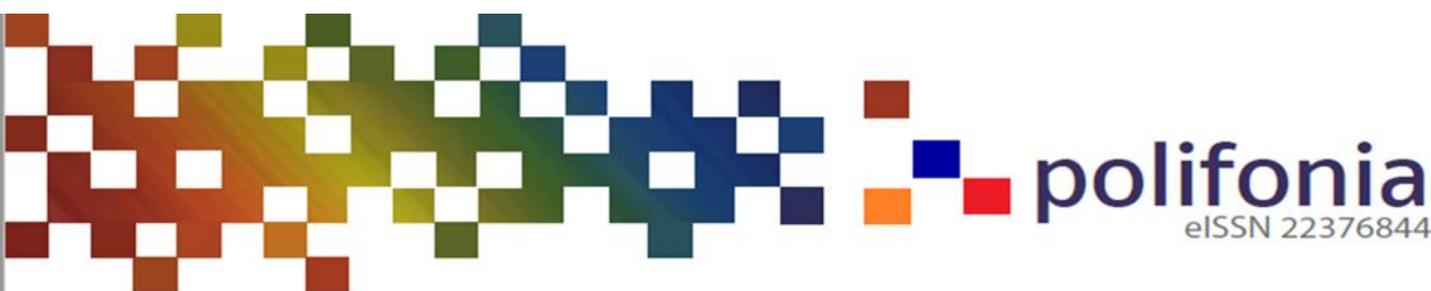


Na passeata contra o golpe, vemos cartazes em movimento, isto é, mensagens carregadas por pessoas que usam camisetas ou adereços com cores que os associam a determinados grupos ideológicos, acompanhados por gritos com palavras de ordem. Geralmente, por questões de segurança, não encontramos no meio da passeata cartazes que fazem contradiscurso. Como destaca Seals, “a presença de grupos definidos dentro de um protesto é intrigante devido à repetição da imagem que eles criam, especialmente se eles estão vestindo roupas ou carregando mensagens semelhantes” (SEALS, 2011, p.192, tradução dos autores). Ela acrescenta ainda que “cada grupo dá ênfase a sua própria mensagem” e “reforça o objetivo da comunidade de prática ao criar uma paisagem de dissidência” (SEALS, 2011, p. 193, tradução dos autores). O conjunto dos cartazes ao longo do espaço de protesto cria uma imagem de coesão dentro e entre os grupos que protestam, como podemos verificar nas figuras 3 e 6. Observem que, na figura 3, temos sujeitos que representam um grupo profissional (jornalistas), a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Na figura 6, vemos membros da comunidade de uma universidade (UFMG). Todos esses grupos marcam suas identidades institucionais ao se posicionarem contra o golpe.

Figura 6 – Comunidade da UFMG em protesto contra o golpe



Fonte: APUBH

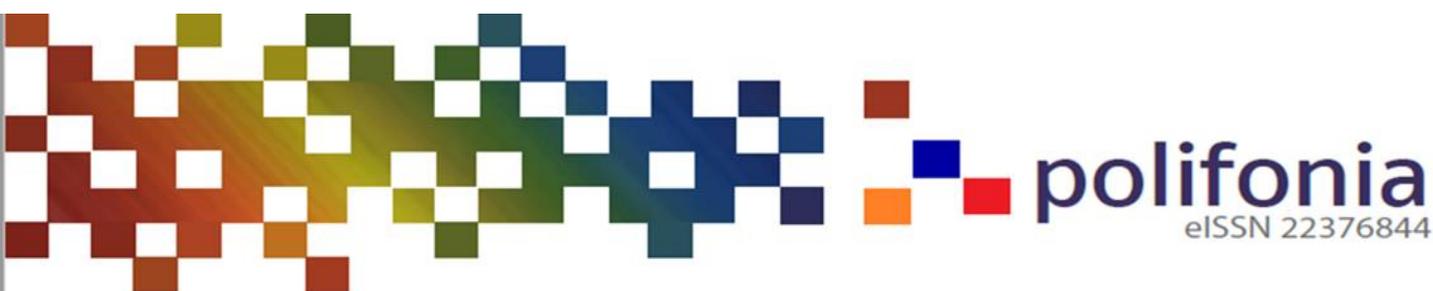


Entretanto, a identidade é marcada também pela cor das roupas dos participantes. A paisagem do protesto é prioritariamente vermelha na figura 3 e a do apoio ao golpe é verde e amarela. O vermelho marca a luta contra a opressão e simboliza o sangue dos trabalhadores que é derramado durante tais lutas (“martirização da classe operária”) e demarca aqueles que são simpatizantes ou filiados aos partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT), e algumas centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Como podemos ver na figura 3, poucas são as ocorrências das cores da bandeira brasileira. Uma exceção é a bandeira da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) com as cores azul, verde e amarelo sobre um fundo branco.

As cores verde e amarelo, que podemos denominar “verdeamarelismo” a partir das contribuições da filósofa Marilena Chauí (2000), sempre marcaram celebrações ligadas às elites dominantes e à ideia de alienação, tendo sido assimiladas por frações das classes médias brasileiras. Esse “verdeamarelismo” tornou-se uma autoimagem dos dominantes e foi elaborado pelas elites agrárias objetivando comemorar o potencial agroexportador do Brasil. Apesar de algumas contestações, esse “verdeamarelismo” sempre foi reproduzido e reforçado quando as elites nacionais desejaram, por meio do culto à bandeira, ao hino nacional e à camisa da seleção canarinho, reforçar simbolismos, tais como a nação brasileira formada por famílias generosas, trabalhadoras, ordeiras, pacíficas etc., além de constituir elemento representativo de combate às “ideias subversivas da esquerda”, que sempre foi responsabilizada por desagregar a nacionalidade, cujos valores devem ser defendidos (CHAUÍ, 2000).

Assim, não nos é estranho verificar quais cores foram apropriadas pelos apoiadores do golpe. As manifestações *pró-impeachment* foram marcadas por bandeiras do Brasil, pelo canto do hino nacional e com a maioria das pessoas vestidas com a camisa da seleção brasileira ou portando algum adereço verde e amarelo. Foram esses apoiadores do golpe que elegeram como presidente o ex-deputado Jair Messias Bolsonaro, e continuam a usar essas cores nas manifestações de apoio ao governo.

Por outro lado, o preto, símbolo do luto em nossa sociedade, toma conta da paisagem semiótica quando o presidente Bolsonaro, após três meses de governo, na véspera do



aniversário do golpe de 1964, faz apologia à ditadura nas redes sociais. Na figura 7, é possível ver os autores deste texto em meio à paisagem preta, representando nosso repúdio a tudo o que a ditadura representou.

Figura 7 – Reação contra a apologia da ditadura



Fonte: arquivo dos autores

Em maio de 2019, a paisagem torna a mudar e todas as cores se misturam (figura 8), após o anúncio dos cortes dos recursos para a educação no primeiro semestre do governo Bolsonaro. A mudança nas cores indica que, independente da ideologia de cada um, a comunidade acadêmica e seus apoiadores se fazem representar em protestos contra a asfixia das universidades.

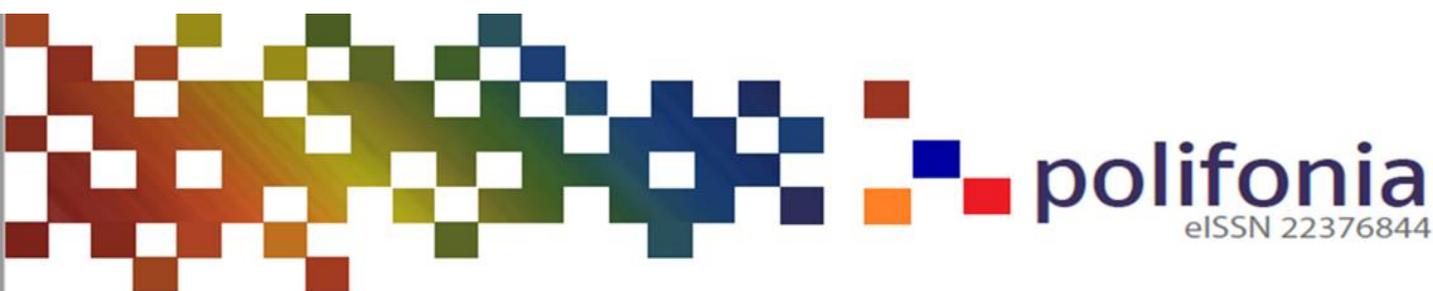


Figura 8 – Protesto contra os cortes na educação



Fonte: <www.otempo.com.br/cidades/manifesta%C3%A7%C3%A3o-de-servidores-afeta-servi%C3%A7os-de-educac%C3%A7%C3%A3o-e-sa%C3%BAde-em-bh-1.2181768> Acesso em 15 mai. 2019.

Em todos os protestos, a favor ou contra o governo da época, os enunciados das faixas, camisetas e cartazes utilizam a forma imperativa (por exemplo, “Fora Temer!”), sintagmas nominais (“Greve Geral”), afirmações em períodos simples (“Balbúrdia é o governo”), elipse verbal (“UFMG contra o golpe na ciência e na educação”) e jogo de palavras (“Nosso luto vem do verbo lutar!”).

A força ilocucionária desses enunciados é protestar (“Não aos cortes”), apoiar (“Estudantes em apoio à paralisação”), ameaçar (“Vai ter luta”), informar (“Deputado X ou partido Y votou contra a sua aposentadoria”), pedir ajuda (“Defenda o que é nosso. Defenda a universidade pública!!”) e mandar recado para os governantes (“Deus tá vendo, Bolsonaro!”). As mensagens são multimodais e se valem de imagens, cores e formatos diferentes de letras, como na figura 9, em que o preto dos cartazes e das camisetas reforça o repúdio à ditadura e o luto pelos que foram mortos pelo regime militar. A soma de todos esses signos forma a paisagem da resistência à volta da ditadura.

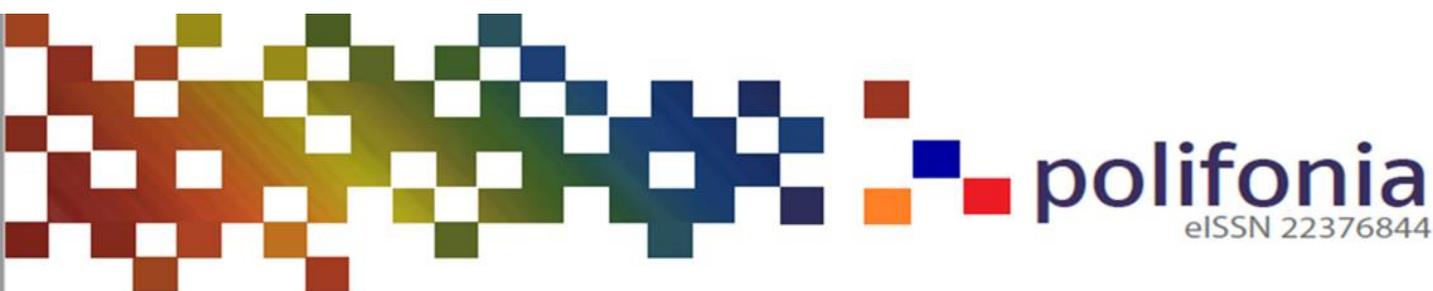
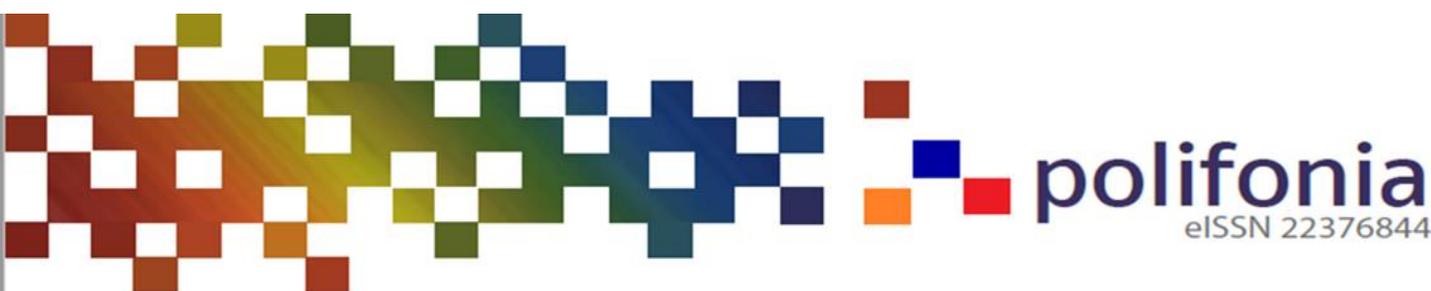


Figura 9 – Manifestação contra a ditadura



Fonte: <<https://exame.abril.com.br/brasil/manifstantes-se-reunem-em-atos-pro-e-contra-a-ditadura-pelo-brasil/>> Acesso em 8 mai. 2019

Uma paisagem linguística é também uma paisagem sócio-histórica e cultural e os signos que a compõem, incluindo homens e mulheres, pois os seres humanos também são signos que fazem emergir significados diferentes dependendo do que vestem, pensam, de quando dizem e de onde estão no momento da enunciação. Para Peirce (1934), o homem é um signo e a mente uma desenvolvedora de signos, pois cada pensamento é um signo. Faixas, camisetas ou cartazes que protestam contra a ditadura com os dizeres “Amanhã vai ser outro dia!”, exibidos em 1968, são diferentes de outros semelhantes exibidos em protestos em 2019. Enquanto em 1968 vivia-se uma ditadura, no momento em que escrevemos este texto, vivemos sob um governo que defende o golpe militar de 1968, dentre outras atrocidades.



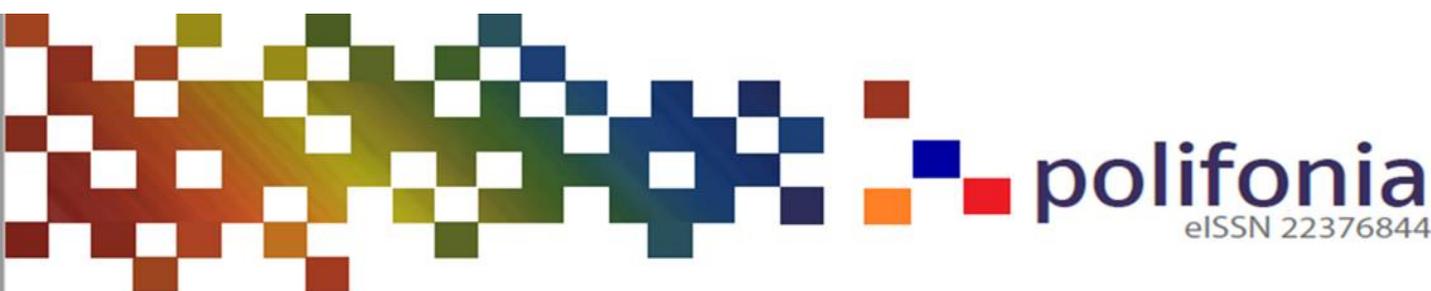
3. Das “paisagens linguísticas” aos “territórios linguísticos”?

Do que foi discutido até o momento, é importante frisar que, no contexto sócio-político brasileiro recente, inúmeras “paisagens linguísticas” foram difundidas pelo/no espaço. Tanto os que se manifestaram a favor do golpe de 2016, quanto aqueles que se organizaram para reagir às ações infrapolíticas, procuraram expressar seus interesses mediante gêneros de protestos diversos, ocupando fragmentos espaciais das cidades e metrópoles brasileiras. Nesse sentido, é importante refletirmos: em que medida estivemos (e estamos) apenas diante de “paisagens linguísticas”? É possível pensarmos, em diálogo com os conceitos geográficos, que tais manifestações/representações/experiências ligadas ao golpe de 2016 se configuraram como “territórios semióticos”?

O conceito de território é usado pelos geógrafos desde o século XIX e de maneira extremamente ampla, sendo considerado, inclusive, como sinônimo de “espaço geográfico”. No senso comum, para Souza (2015, p. 77), “território pode se referir, simplesmente, a uma ‘grande extensão de terra’”. Para esse geógrafo, o termo território designa a não explicitação de relações de poder, um substrato espacial com seus acidentes geográficos e as “coisas” produzidas e colocadas sobre esse “receptáculo”. Era uma porção de terra, definida pelo Estado-nação (SOUZA 1995; 2015). A rigor, tratava-se de uma construção histórica

que não apenas se privilegiou, no tocante ao uso do termo, um tipo de fonte de poder em particular, mas também tornou-se difícil descolar o emprego da palavra ‘território’ das necessidades ideológicas específicas vinculadas à legitimação dessa fonte de poder, mediante a construção de um discurso de enaltecimento e, na esteira disso, de total privilegiamento analítico-conceitual do ‘território pátrio’, do ‘território nacional’. (SOUZA, 2015, p. 92)

Essa ideia de território como país ou Estado-nação perdurou por muitos anos, principalmente a partir das contribuições do geógrafo Ratzel, que atuou na construção e consolidação da geografia alemã. Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, esse conceito e seu emprego passaram a ser alvo de críticas.



O território passou a ser analisado como um “fragmento espacial”, oriundo das relações existentes entre grupos e pessoas da/na sociedade, tomando-se como referência a conjunção entre espaço e poder. Diante disso, são inúmeros os processos de territorialização, em diferentes escalas, que apresentam como pressupostos as ligações afetivas, identitárias, simbólicas, políticas, econômicas, culturais etc. Para Souza (2015),

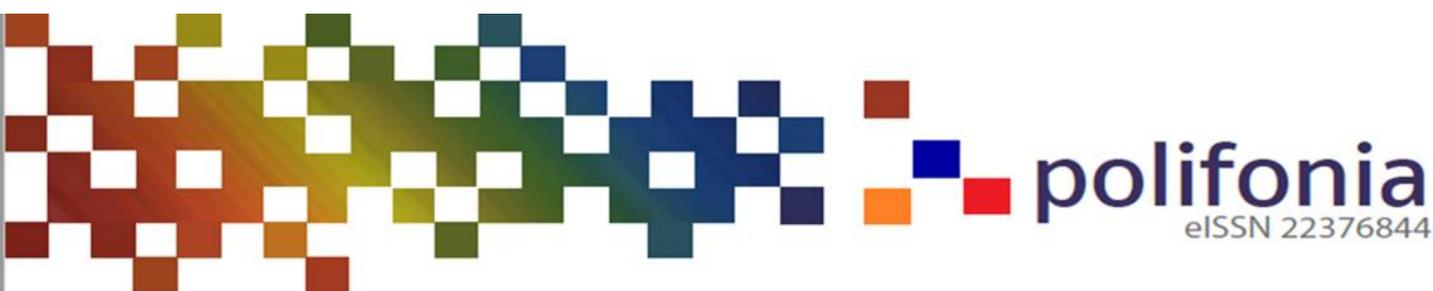
o desejo ou a cobiça com relação a um espaço podem ter relação com os recursos naturais de uma área em questão; podem ter a ver com o valor estratégico-militar daquele espaço específico; e podem se vincular, também, às ligações afetivas e de identidade entre grupo social e seu espaço. (SOUZA, 2015, p. 88)

Assim, o território é um produto das relações sociais que envolvem as disputas de poder, apresentando uma dimensão funcional e uma dimensão simbólica, pois se trata de um “campo de força”, que está sujeito às mudanças e permanências ao longo do tempo-espaço. São “relações de poder espacialmente delimitadas e operando, sobre um substrato referencial” (SOUZA, 2015, p. 93).

Desse modo, é correto afirmar que, juntamente com os processos de territorialização, há também eventos de desterritorialização e reterritorialização, já que diferentes sujeitos sociais estão, sobre um substrato espacial, disputando o poder para controlar espaços bem delimitados. São grupos sociais distintos, tais como empresas, ONGs, igrejas etc., que buscam afirmar suas convicções e interesses que devem ser espacializados. Para Haesbaert (2004),

enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, (...). As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. (HAESBAERT, 2004, p. 3)

Em diálogo com a Geografia, a paisagem é considerada uma aparência que revela a realidade, ao mesmo tempo em que refrata parte dessa realidade, ou seja, a paisagem produz uma opacidade da realidade. Propomos, portanto, pensar em que medida as manifestações, ligadas ao golpe de 2016, na cidade de Belo Horizonte, podem se configurar como “territórios



semióticos”, complementando a ideia de paisagens linguísticas e chegando ao conceito de paisagem semiótica.

Como apresentado anteriormente, durante parte dos anos de 2015 e 2016, ocorreram, em Belo Horizonte (e em outras capitais e cidades), diversas manifestações a favor e contra o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, com os dois grupos procurando explicitar seus anseios diante das questões políticas brasileiras. Nesse processo, foi interessante verificar algumas características das manifestações. Era comum que os manifestantes contra o golpe realizassem suas caminhadas pelo centro de Belo Horizonte e se concentrassem na Praça da Estação, ao passo que o grupo que defendia o *impeachment* se reunia na Praça da Liberdade e lá permanecia (ver figuras 10 e 11).

Figura 10 – Manifestação contra o *impeachment* de Dilma Rousseff



Fonte: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/04/bh-tem-protestos-contras-e-favor-do-impeachment-da-presidente-dilma.html>> Acesso em 18 jan. 2019.

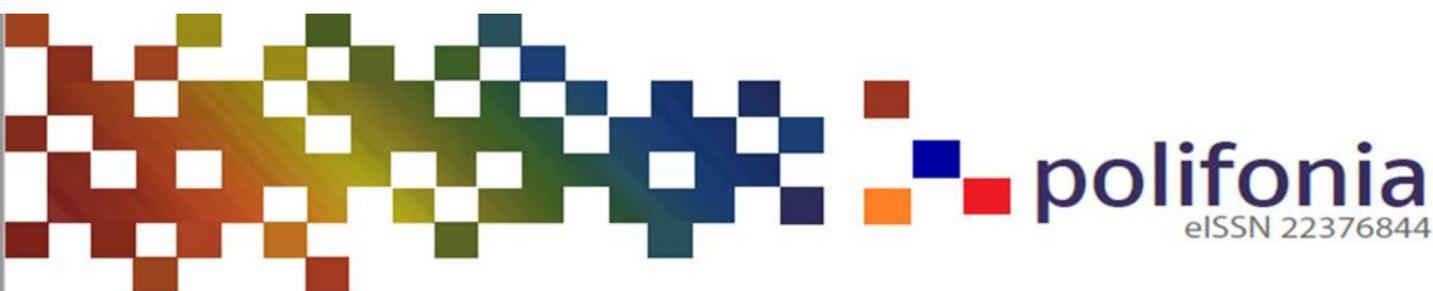
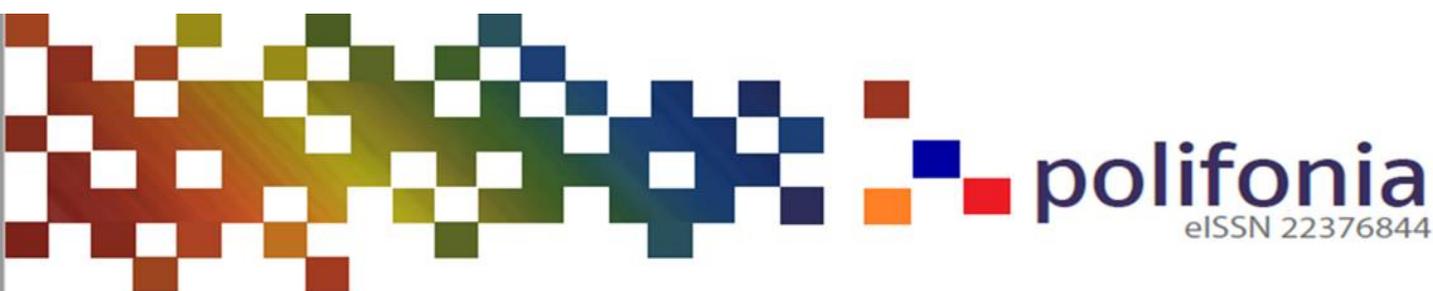


Figura 11 – Manifestação a favor do *impeachment* de Dilma Rouseff



Fonte:< <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/04/bh-tem-protestos-contr-a-e-favor-do-impeachment-da-presidente-dilma.html>> Acesso em 18 jan. 2019.

Mais do que locais distintos de aglomeração dos manifestantes, esses fragmentos do espaço urbano expressam, desde o início da produção do espaço belo-orientino, representações diferentes, embora estejam inseridos no mesmo contexto de construção de uma nova cidade, considerada a “noiva da República”. Assim, é possível afirmar que as manifestações ligadas ao golpe de 2016 se expressaram por diferentes “paisagens semióticas” que explicitaram a (re)produção de distintos territórios (“territórios semióticos”) na cidade. Apesar de algumas manifestações em defesa da ex-presidenta Dilma Rouseff terem sido realizadas na Praça da Liberdade, foi possível verificar que a maioria dessas manifestações teve como palco principal a Praça da Estação, onde estiveram presentes, basicamente, trabalhadores, líderes sindicais e demais ativistas de diversos movimentos sociais/populares, cujos representantes se revezavam em discursos no palanque. Em contrapartida, na Praça da Liberdade, ocorreu a



maioria dos eventos em defesa do *impeachment*, e observamos nas fotos a predominância de uma elite branca¹.

Desse modo, em diálogo com Marcelo Lopes de Souza (1995; 2015), estamos diante de territórios cíclicos que “podem ser exemplificados com diferentes usos diurnos de muitas praças e outros logradouros públicos pelo mundo afora, comumente tão diferentes de seus usos noturnos [ou até mesmo em diferentes momentos do mesmo dia ou dias diferentes]” (SOUZA, 2015, p. 108). Ao mesmo tempo, podemos considerar esses espaços como territórios efêmeros, pois o processo de apropriação/dominação das respectivas praças ocorreu (e ocorre) em períodos pequenos (a manhã e/ou tarde de um domingo, o final de uma tarde de um dia da semana etc.).

Essa perspectiva cíclica e efêmera dos “territórios semióticos” pôde ser verificada recentemente, quando diversas pessoas e representantes de entidades se reuniram na Praça da Liberdade, em repúdio ao elogio, feito pelo presidente Bolsonaro, à ditadura militar. Assim, como podemos ver na figura 12, a Praça da Liberdade foi tomada por pessoas ligadas a movimentos de esquerda, que territorializaram aquele fragmento do espaço, tradicionalmente apropriado “pelos de cima”, e saíram em passeata por avenidas de Belo Horizonte até o prédio do antigo Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS), órgão repressor da ditadura e que agora sedia um memorial de Direitos Humanos. O próprio trajeto escolhido pelos organizadores é carregado de significados históricos. Foi na Praça da Liberdade que os apoiadores do golpe de 1964 se reuniram para pedir a intervenção militar e foi no prédio do DOPS que várias pessoas foram presas e torturadas. Esse ato não apenas reforçou o repúdio à ditadura, mas enviou recados aos que deram ou pretendem dar outro(s) golpe(s) em nossa sociedade.

¹ Por questões éticas, decidimos não reproduzir fotos com imagens em que as pessoas possam ser identificadas, mas o leitor pode comprovar nossa afirmação ao inserir os termos “manifestantes pró impeachment na praça da Liberdade” no Google images.

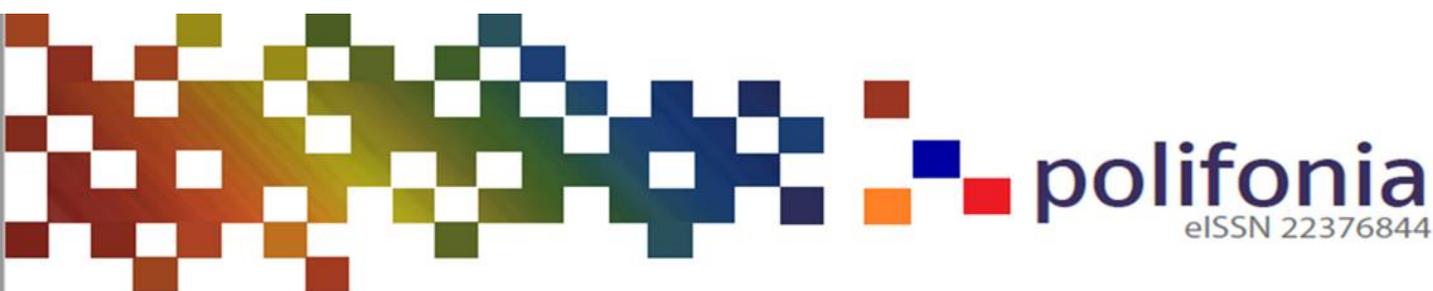


Figura 12 – Manifestação de repúdio à ditadura

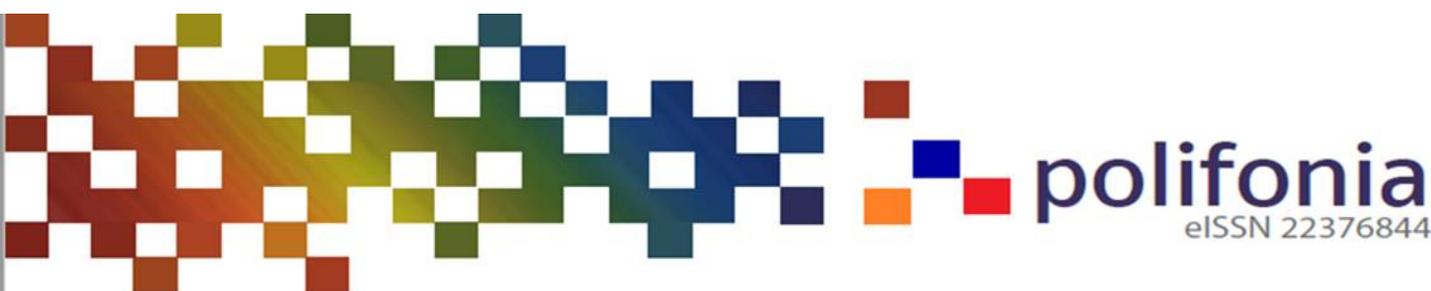


Fonte: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/03/31/grupo-faz-manifestacao-a-favor-da-ditadura-militar-em-belo-horizonte.ghtml>> Acesso em 8 mai. 2019

É importante, no nosso entendimento, reter dessa discussão que,

retornando ao conceito de território, é imperioso que saibamos despi-lo do manto de imponência com o qual se encontra, via de regra, adornado. A palavra território normalmente evoca o “território nacional” e faz pensar no Estado – gestor por excelência do território nacional –, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos (ou mesmo chauvinistas), em governo, em dominação, em ‘defesa do território pátrio’, em guerras... (...). Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex. uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelos conjuntos de territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 1995, p. 81)

As manifestações contra o golpe de 2016 e, em 2018, contra a apologia ao golpe de 1964 e os cortes nas verbas da educação, compuseram diferentes “paisagens semióticas”. Sobretudo, revelaram (ou reacenderam) as diferentes territorialidades existentes em Belo Horizonte.

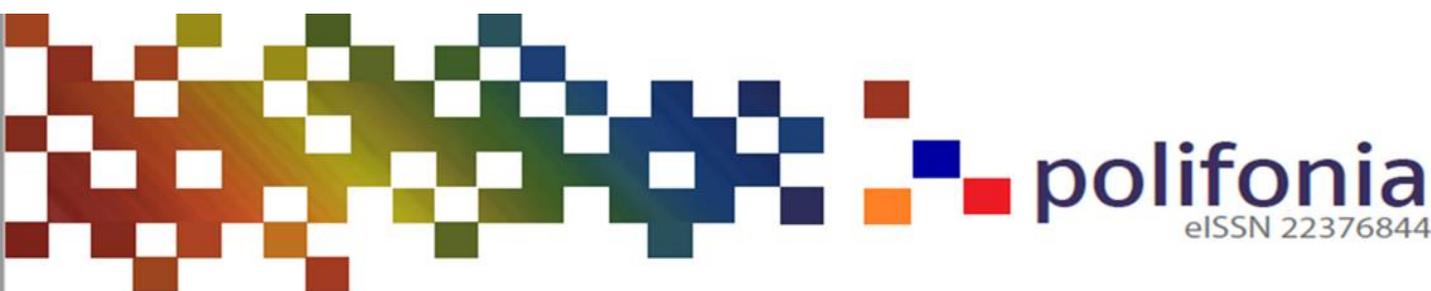


4. Resultados e conclusões

A partir das questões elencadas no início deste artigo, concluímos que a paisagem semiótica do protesto é constituída pela territorialização dos fragmentos do espaço geográfico, derivada das ações de grupos e pessoas, com as mensagens multimodais que elas produzem. Ao mesmo tempo, afirmamos que o território, entendido como produto de relações sociais, interage com as outras representações. Assim, temos dois campos de força que se contrapõem espacialmente em territórios cíclicos e efêmeros: a Praça da Estação representa os trabalhadores e sua oposição aos golpes e aos governos antipopulares, enquanto a Praça da Liberdade, apesar de ser eventualmente ocupada pelos opositores ao governo e aos golpes, representa a elite aliada aos golpes e ao poder. Esses territórios são formados por pessoas e suas ideologias, roupas, cartazes, faixas, máscaras, camisetas, cantos e gritos coletivos. Cada território é também representado por cores predominantes: o vermelho na Praça da Estação, e o verde e amarelo na Praça da Liberdade.

É importante destacar, ainda, que o estudo da paisagem semiótica demonstra que a linguagem do protesto pode e deve ser estudada de forma interdisciplinar e que a união da Geografia e dos estudos linguístico-semióticos amplia nossa compreensão da sociedade, ou seja, cada pessoa dentro do todo de uma paisagem de protesto é única, mas é também vista como representação do território que emerge da interação entre os signos que compõem cada paisagem.

Por fim, o estudo das paisagens semióticas reflete, também, como as manifestações se desenvolvem em territórios cíclicos e efêmeros e apontam para comportamentos radicalizados e opostos que constituem a realidade sócio-política brasileira, explicitando elementos da luta de classe no Brasil. Além disso, revelam parte das estratégias que cada grupo utiliza para enunciar seus interesses e o que defendem. Os manifestantes pró-*impeachment*, por exemplo, realizaram seus atos em feriados e finais de semana, com a alegação de que eram ordeiros, pacíficos e que estavam defendendo os interesses do país. Concomitantemente, acusavam os manifestantes contra o *impeachment* de serem baderneiros, violentos e contra o



desenvolvimento da nação, por realizarem suas manifestações em dias de semana (dia de trabalho).

No entanto, as manifestações também refratam as forças que organizam essas aglomerações e não conseguem desvelar todos os interesses de grupos no poder ou que aspiram ao poder. Essas paisagens semióticas refratam que muitas questões políticas, sociais e econômicas, opacas devido à polarização dos movimentos, são comuns aos dois grupos que (re)produzem os diferentes territórios semióticos.

Referências

BEZERRA, B. G. *Gêneros no contexto brasileiro: questões [meta]teóricas e conceituais*. São Paulo: Parábola, 2017.

CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

FERRAZ, M. K. Origem e utilizações do conceito de paisagem na geografia e nas artes. In: EGAL - ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 14, 2013, Lima. *Anais...* Lima: EGAL, 2013. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Teoriaymetodo/Conceptuales/08.pdf>> Acesso em 5 mai. 2019

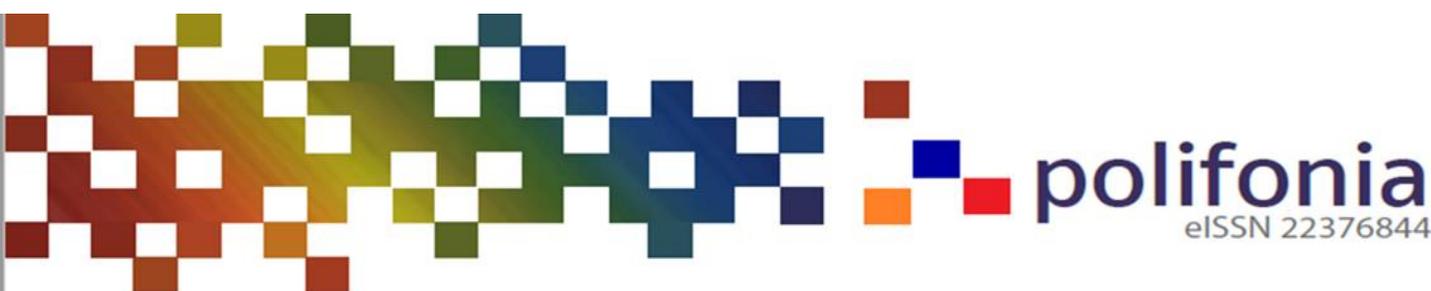
HAESBAERT, R. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre. 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2019.

LANDRY, R.; BOURHIS, R. Y. Linguistic landscape and ethnolinguistic: an empirical study. *Journal of language and social psychology*, v. 16, n.1.p. 23-49, 1997.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Trad. Décio Pignatari, São Paulo: Cultrix, 1974.

MONTE-MOR, R. L. (Coord). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte. Cedeplar/PBH. 1994.

PAIVA, V. L. M. Gêneros da linguagem na perspectiva da complexidade. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, v. 19, n. 1, p. 67 – 85. 2019. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/6425/4291> Acesso em: 7 mai. 2019.



PEIRCE, C. S. *Collected papers of Charles Sanders Peirce: pragmatism and pragmaticism*. v. 5, ed. Charles Hartshorne e Paul Weiss. Cambridge: Harvard University Press, 1934.

PEREIRA, B. F. “Vem pra rua”: o político e a política em rede. *Texto Livre*, v.7, n.2, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/textolivre/article/view/6121>.> Acesso em 18 ago. 2017.

RESENDE, P. H. M. Contratempos da modernização: a cidade de Belo Horizonte e a praça da Liberdade em meio à metrópole. *Revista Terra Livre*, v. 1. n. 36. p. 152-179, 2011.

SANTOS, J. M. *O Facebook como ferramenta para o ensino do gênero cartaz de protesto*. 2015. 129f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras/ PROFLETRAS) – Universidade de Pernambuco, Garanhuns, 2015.

SCOLLON, R.; SCOLLON, S. W. *Discourse in place: language in the material world*. London, New York: Taylor & Francis E-library, 2006. (e-book)

SEALS, C. A. Reinventing the linguistic landscape of a national protest. *Working Papers of the Linguistics Circle 21*. University of Victoria: Victoria, BC. p. 190-202, 2011.

SHOHAMY, E.; GORTER, D. (Eds). *Linguistic landscape: expanding the scenery*. New York: Routledge, 2009.

SINGER, P. Belo Horizonte. In: SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. Segunda edição. 1977. p. 199 –269.

SOUZA, M. L. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2015.

SOUZA, M. José L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. *et al* (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1995. p. 77-116.

SUERTEGARAY, D. M. A. O espaço uno e múltiplo. *Scripta Nova*, Barcelona, Universidade de Barcelona. n. 93, 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>.> Acesso em 7 mai. de 2019.

VITTE, A. C. O desenvolvimento do conceito de paisagem e sua inserção na geografia física. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*, v. 6, n. 11, p. 71-78, 2007. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/58>.> Acesso em: 7 fev. de 2018.